

PROCESSO DE COMPRA Nº 001/2022

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO TOCANTINS – CRO-TO, entidade fiscalizadora do exercício profissional, por meio de sua Pregoeira a Sr^a Renata Talita Cardoso Santos, torna público, que se acha aberta a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, na forma da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 10.024/2019, da Lei Complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, mediante as condições estabelecidas neste Edital, com a finalidade de selecionar a melhor proposta visando à aquisição de veículo automotor do Tipo CAMINHONETE, conforme Anexo I - Objeto deste Edital.

O edital encontra-se à disposição dos interessados na Quadra 602 Sul Av. Lo 15 Conjunto 02 lote 02, Palmas - TO, por e-mail: licitacao@croto.org.br e nos sites: www.comprasnet.gov.br; <http://transparencia.croto.org.br>.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 21/06/2022

HORÁRIO: 10h (horário de Brasília/DF) ENDEREÇO ELETRÔNICO:

www.comprasnet.gov.br

1- DO OBJETO

Aquisição de 01 (uma) Caminhonete, Cabine Dupla, 0 KM, à Diesel, para ser utilizada nas ações fiscalizatórias e desenvolvimento de atividades administrativas deste Conselho em todo o estado do Tocantins, visto que atualmente o CRO-TO possui apenas um veículo, que não consegue atender as demandas do Regional e Delegacias, portanto, faz-se necessário a aquisição deste veículo automotor como meio de transporte para a execução dos trabalhos referenciados.

O veículo automotor deverá conter as especificações descritas no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

2- DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa global para a aquisição do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 262.960,00 (Duzentos e sessenta e dois mil novecentos e sessenta reais)**. Elemento de Despesa: 6.2.2.1.1.02.01.03.001 – Veículo Automotor.

3- DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste **Pregão** os interessados que estiverem previamente



credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.

3.2 Para ter acesso ao sistema eletrônico, as interessadas em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.3 O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por sua representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CRO-TO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4 Não poderão participar deste **Pregão**:

3.4.1 Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o CRO-TO, durante o prazo da sanção aplicada;

3.4.2 Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.4.3 Empresa impedida de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

3.4.4 Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

3.4.5 Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 e empresas incluídas no Cadastro Nacional de Empresa Punida, por aplicação de sanções decorrentes da Lei Anticorrupção, Lei nº 12.846/2013;

3.4.6 Quaisquer interessadas enquadradas nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;

3.4.6.1 Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.4.7 Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

3.4.8 Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

3.4.9 Empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;

3.4.10 Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.4.11 Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.



4– DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Os licitantes deverão encaminhar proposta, concomitante com os documentos de habilitação exigidos no edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e dos documentos de habilitação.

4.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.4 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.9 As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

4.9.1 O licitante deverá efetuar o lançamento de sua proposta no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.9.2 Valor unitário e total do item;

4.9.3 Marca;

4.9.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme consta os descritivos na planilha do Anexo I, do Termo de Referência:

4.9.5 A proposta de preços que contenha qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

4.10 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

4.11 No preço proposto estarão inclusas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do fornecimento do objeto: tributos, salários, seguros, impostos, taxas, contribuições, outros benefícios e encargos exigidos por lei, os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.12 A proposta de preços terá validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de



abertura da sessão pública, prazo após o qual, não havendo convocação para a contratação, fica a licitante liberada dos compromissos assumidos.

4.13 O envio da proposta digital pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

4.14 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

4.15 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), considerando as especificações constantes no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA do presente Edital.

4.16 O Pregoeiro desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital.

5– DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo **Pregoeiro**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasnet.gov.br.

5.2- Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3 Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.3.1 O licitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Pregoeiro, no prazo previsto, será responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio e ficará sujeito a eventuais sanções.

5.4 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5 No caso da desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas, após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

6– DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 O **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2 Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente



estas participarão da fase de lances.

6.4 O julgamento da proposta de preços dar-se-á pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste Edital

7- DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

7.1.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do veículo.

7.2 A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.3 Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.4 Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

7.5 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.6 Durante a fase de lances, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.7 Se ocorrer a desconexão do **Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8 No caso de a desconexão do **Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do **Pregão** será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa às participantes no sítio www.comprasnet.gov.br.

7.9 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.10 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.11 Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.12 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.13 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



7.14 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.15 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.16 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.17 No caso de desconexão do Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva de lances do Pregão, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.18 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a **sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente** decorridas 24 (vinte e quatro) horas, após comunicação expressa do Pregoeiro(a) aos participantes.

7.19 Só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada com um dos critérios de classificação.

7.20 Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, §2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens fornecidos:

7.20.1 Por empresas brasileiras;

7.20.2 Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.3 Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam as regras de acessibilidade previstas na legislação;

7.20.4 Persistindo o empate entre propostas, será aplicado o sorteio como critério de desempate.

7.21 Após o encerramento da etapa de lances, apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido melhor preço, ou ajusta-lo ao valor estimado para a contratação, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital, bem assim decidir sobre sua aceitação.

7.21.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar às subsequentes, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.22.2 Sempre que a proposta não for aceita, e antes do Pregoeiro passar à subsequente,



haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123 de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8- DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

8.1.1 A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;

8.1.2 Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.1.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

8.1.4 A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

8.1.5 Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais **licitantes**.

9- DA NEGOCIAÇÃO

9.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

10- DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 A licitante melhor classificada deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, no prazo de 02 (duas) horas, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema Comprasnet.



10.2 O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

10.3 O (a) Pregoeiro(a), poderá requisitar a participação da unidade demandante ou de unidade especializada, para fins de análise das propostas e orientar na decisão.

10.4 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.5 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.6 Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

10.7 Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

10.8 Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.

10.9 A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

10.10 Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

10.11 O (a) Pregoeiro(a), poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “*chat*” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

10.11.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo (a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do objeto especificado neste edital, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.12 O prazo estabelecido pelo (a) Pregoeiro(a), poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo (a) Pregoeiro(a).



10.12.1 O licitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Pregoeiro, no prazo previsto, será responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio e ficará sujeito a eventuais sanções.

10.13 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a), suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.14 O (a) Pregoeiro(a), poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.15 Também nas hipóteses em que o (a) Pregoeiro(a), não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.15.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.16 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes do (a) Pregoeiro(a), passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.17 No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Pregoeiro(a), poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e usa validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.18 Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados até a data e horário estabelecido para abertura da sessão pública, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, juntamente com a proposta adequada ao último lance, sob pena de não aceitação da proposta. Conforme art. 38 do Decreto nº 10.024/19.

10.19 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo (a) Pregoeiro(a), por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.20 O (a) Pregoeiro(a), poderá, no curso da sessão pública do Pregão Eletrônico, solicitar informações às licitantes acerca de suas propostas/documentações, utilizando a ferramenta de conversação disponível no sistema.

10.21 Ocorrendo divergência nas especificações cadastradas no sistema www.comprasnet.gov.br e no Termo de Referência, prevalece as constantes neste Edital.

10.22 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será



declarada vencedora.

11- DA HABILITAÇÃO

11.1 A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e dos documentos de habilitação especificados neste Edital.

11.2 Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, concomitantemente com a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública.

11.3 As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

11.4 Realizada a habilitação parcial no SICAF, será verificado eventual descumprimento das vedações elencadas na Cláusula 4, deste edital- Da Participação na Licitação, mediante consulta ao:

11.4.1 SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei n.º 8.666/93;

11.4.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

11.4.3 Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis;

11.4.4 Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)

11.4.5 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

11.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.5.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.5.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.5.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.5.4 Não ocorrendo inabilitação, o(a) Pregoeiro(a), consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade



fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

11.6 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

11.7 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.7.1 O descumprimento do subitem acima, implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

11.8 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

11.9 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.10 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.10.1 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.11 Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, bem como a Qualificação Econômico-Financeira, nas condições descritas adiante:

11.11.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.11.1.1 Contrato social na forma da lei e/ou documento equivalente.

11.11.1.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

11.11.1.3 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.11.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

11.11.2.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Relativos aos Tributos Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União), Consolidada de acordo com Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014;



- 11.11.2.2** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- 11.11.2.3** Certidão Negativa de Débito expedida pela Procuradoria Geral do Estado do domicílio tributário da licitante;
- 11.11.2.4** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;
- 11.11.2.5** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- 11.11.2.6** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho(CNDT);
- 11.11.2.7** As certidões relativas a regularidade fiscal deverá englobar tanto os débitos tributários não inscritos quanto os já inscritos em dívida ativa.
- 11.11.2.8** A regularidade será relativa ao domicílio ou sede do licitante rios não inscritos quanto os já inscritos em dívida ativa.
- 11.11.2.9** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 11.11.2.10** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.11.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

- 11.11.3.1** CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E/OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante, com data de, no máximo, 90 (noventa) dias a partir da sua emissão até a data prevista para abertura desta licitação, exceto se houver prazo de validade fixada na respectiva certidão;
- 11.12** Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, encaminhados, concomitantemente com a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública.
- 11.12.1** Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio e-mail licitacao@croto.org.br.
- 11.13** Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados até a data e horário estabelecido para abertura da sessão pública, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 11.14** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 11.15** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.



11.15.1 O prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.

11.15.2 A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.15.3 A não regularização da documentação, no prazo previsto na subcondição anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.16 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.17 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.18 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.19 Os demais documentos apresentados, sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, terão o prazo de vencimento de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua emissão.

11.19.1 Excetua-se do prazo acima mencionado, os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidade técnica.

11.20 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á no sistema eletrônico.

11.21 Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no certame, a habilitação das **licitantes** será também realizada mediante a apresentação da seguinte documentação complementar:

11.21.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado(s) emitido(s) em nome do LICITANTE, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter executado ou estar executando serviço/fornecimento pertinente ao objeto para o setor público ou privado.

11.21.2 Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo Sicafe, for igual ou inferior a 1;

11.22 O **Pregoeiro** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das **licitantes**.

11.22.1 Os documentos que não estejam contemplados no Sicafe deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços, em arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet, no mesmo prazo estipulado no Item 11.

11.23 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.24 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo



alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.25 A não regularização da documentação, no prazo previsto na subcondição anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, é facultado ao **Pregoeiro** convocar as **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação.

11.26 Se a proposta não for aceitável, ou se a **licitante** não atender às exigências de habilitação, o **Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

11.27 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a **licitante** será declarada vencedora.

12- DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1 A proposta de preços, ajustada ao lance classificado, deverá ser anexada ao Sistema Comprasnet após solicitação do Pregoeiro, pela opção "Convocar Anexo", no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

12.2 A critério do pregoeiro, a fim de agilizar a sessão pública, poderá, ainda, ser solicitado o envio da proposta para o e-mail.

12.1.1 O ENCAMINHAMENTO POR E-MAIL NÃO AFASTA A POSTAGEM NO COMPRASNET, QUE É OBRIGATÓRIA.

12.3 A proposta deverá observar as seguintes exigências:

12.3.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.3.2 Fazer menção ao número deste edital, conter a razão social da licitante, seu CNPJ/MF, dados bancários e endereço completo;

12.3.3 A falta do CNPJ e (ou) endereço completo poderá ser saneada pelos dados constantes do sistema eletrônico.

12.3.4 Conter o preço unitário e total do Item, em Real, com duas casas decimais, incluídas todas as despesas relativas aos impostos, taxas, frete e demais encargos pertinentes;

12.3.5 Conter declaração do prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados de data de sua entrega;

12.3.6 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

12.3.6.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

12.3.7 Declaração de que nos preços propostos e nos lances que forem ofertados



deverão estar inclusos todos os custos necessários ao fornecimento do objeto da presente licitação e seus anexos, todos os serviços, materiais, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, e quaisquer outros que direta ou indiretamente incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado constante da proposta.

12.3.8 Indicar o representante legal da empresa responsável pela assinatura da ata e do contrato.

12.3.9 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.3.10 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

12.4 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.5 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.7 O licitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Pregoeiro, para encaminhamento da proposta vencedora no prazo previsto, será responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio e ficará sujeito a eventuais sanções.

13– DO RECURSO

13.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.3 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.4 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante implicará decadência do direito de interpor recurso, autorizando o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

13.4.1 Os recursos poderão ser acolhidos somente após a verificação dos requisitos de admissibilidade, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação por parte da licitante. (Acórdão TCU 520/2014 – Plenário).



13.4.2 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.4.3 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 03 (três) dias, ou no mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão.

13.5 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13.7 Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação da licitante.

14– DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 O objeto deste **Pregão** será adjudicado pelo **Pregoeiro**, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

14.2 A homologação deste **Pregão** compete ao Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Tocantins – CRO- TO.

14.3 O objeto deste **Pregão** será adjudicado globalmente à **licitante vencedora**.

15– DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

15.1 Após a homologação da licitação, em sendo necessário a extração de contrato, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, nos termos da minuta, (Anexo III).

15.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.4 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.5 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:



15.5.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.5.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.6 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.7 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

15.8 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.9 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.10 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.11 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.12 Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

16- DAS SANÇÕES

16.1 A licitante ficará impedida de licitar e contratar com o CRO-TO e será descredenciada no Sicaf, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

16.1.1 - Cometer fraude fiscal;

16.1.2 - Apresentar documento falso;

16.1.3 - Fizer declaração falsa;

16.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

16.1.5 - Não assinar o contrato no prazo estabelecido;

16.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;



16.1.7 - Não mantiver a proposta e;

16.1.8 Práticas arroladas nas alíneas do Inciso IV do Art. 5º da Lei Anticorrupção, Lei nº 12.846/2013.

16.2 Para os fins do Subitem **16.1.4** reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos Arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

17- DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

17.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste **Pregão** mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@croto.org.br, até às 17h, horário de Brasília-DF.

17.2 Caberá ao (a) Pregoeiro(a), com auxílio do setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação, no prazo de até 02 (dois) dias, a contar do recebimento da impugnação, conforme determina o artigo 23, §1º, do Decreto 10.024/2019.

17.2.1 Sobre o pedido de esclarecimento ou impugnação, é facultado ao (a) Pregoeiro(a), solicitar manifestação de profissionais e técnicos da área do objeto licitado, que terão o prazo de 02 (dois) dias para resposta.

17.2.2 Também é facultado ao (a) Pregoeiro(a), solicitar a análise da impugnação ou do pedido de esclarecimento à assessoria jurídica, que terá o prazo de 02 (dois) dias para se manifestar.

17.3 Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.4 Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao **Pregoeiro** até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@croto.org.br

17.5 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

18- DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

18.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

18.3 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.



18.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

18.5 No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a), poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.6 As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do Pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

18.7 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.8 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.9 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.12 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.13 O CRO-TO poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou deverá anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sempre garantindo a ampla defesa e contraditório.

18.14 Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes nas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02 e nos Decretos Federal 7892/2013 e 10.024/2019.

18.15 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e no portal deste órgão - https://www.croto.org.br_, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Quadra 602 Sul, Av. LO 15, Conjunto 02, Lote 02, CEP: 77.022-008, Palmas-TO, nos dias úteis, no horário das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00 (horário local), mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

19- DOS ANEXOS

19.1 São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:



19.1.1 Anexo I – Termo de Referência;

19.1.2 Anexo II – Modelo de Proposta

19.1.3 Anexo III – Minuta do Contrato;

20– DO FORO

Para dirimir, na esfera judicial as questões oriundas do presente Edital, será competente a Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Tocantins com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Palmas, 20 de abril 2022.

WESLEY RODRIGUES DA SILVA
Presidente do CRO-TO

RENATA TALITA CARDOSO SANTOS
Pregoeira do CRO-TO



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA N° 002627/2022

1. DO OBJETO

1.1 O presente Termo tem por objeto a AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO CAMINHONETE, por intermédio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, que será utilizado na realização de viagens aos municípios do Estado do Tocantins, na execução das ações de fiscalização e demandas administrativas, visto que atualmente o CRO-TO possui apenas um veículo, que não consegue atender as demandas do Regional e Delegacias, portanto, faz-se necessário a aquisição destes veículos automotores como meio de transporte para a execução dos trabalhos referenciados.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 A aquisição supra, justifica-se considerando a necessidade da aquisição dos veículos para a efetividade da execução das ações de fiscalização e administrativas demandas por este Conselho Regional.

2.2 Cumpre ressaltar que em virtude da longa distância entre os municípios do Estado, contemplados na área deste Regional é de suma importância a aquisição dos veículos, dirimindo distâncias e dando mais eficiência nas ações desenvolvidas.

2.3 Por fim, a aquisição é de extrema importância para a realização do monitoramento e acompanhamento das ações de fiscalização desenvolvidas, além de auxiliar as atividades de rotina desenvolvidas pelo Conselho Regional de Odontologia.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS E QUANTITATIVO

ITEM – 01	QUANTIDADE = 01 VEÍCULO TIPO CAMINHONETE
DISCRIMINAÇÃO MÍNIMA DO OBJETO	

VEÍCULO AUTOMOTOR NACIONAL TIPO CAMINHONETE

- Veículo 0 Km, com ano/modelo correspondente à data de emissão da Nota Fiscal;
- Caixa de câmbio automático de 06 (seis) velocidades, tração traseira;
- Potência Mínima 170 CV;
- Motor 2.2 duratorq (Diesel);
- Capacidade de carga 1.168 kg;
- Controle eletrônico de estabilidade e tração;
- Ar Condicionado de fábrica manual ou digital, quente e frio, com sistema de recirculação de ar acionado eletronicamente;
- Direção elétrica original de fábrica;
- Vidros elétricos nas portas dianteiras e traseiras, com vidro do motorista com sistema de abertura/fechamento com um toque para cima/baixo, travamento dos vidros traseiros pelo motorista;
- Travas elétricas nas portas, travamento automático das portas;
- Com película solar protetora instalada em todos os vidros;
- Freios dianteiros a disco;
- Capacidade do tanque de combustível 80 litros;
- 3 Airbags frontais e joelho para motorista;
- 4 Portas laterais e 1 porta traseira para acesso ao compartimento de bagagem;
- Pneus 255/70 novos compatíveis com o desempenho do veículo;
- Rodas de aro "16" de aço ou superior iguais, inclusive o estepe;
- Capacidade de passageiros de 05 pessoas incluindo o motorista;
- Cintos de segurança dianteiros com ajuste de altura, e traseiros de 03 pontas, sendo o central 03 pontos;
- Desembaçador do vidro traseiro;
- Espelhos retrovisores na lateral direita e esquerda;
- Com jogo de tapetes de borracha para assoalhos dianteiros e traseiros e grade protetora do motor e cárter;
- Rádio AM/FM, com auxiliar USB, conexão Bluetooth, 4 auto-falantes;

Controles de áudio no volante, computador de bordo, tela de LCD



*** O veículo especificado acima, deve ter no Município de Palmas, capital do Estado do Tocantins, Autorizada pela fábrica para realizações de manutenções preventivas e corretivas.

4. DO LOCAL DA ENTREGA DO OBJETO

4.1. A entrega do veículo deverá ser efetuada no horário de funcionamento do Conselho Regional de Odontologia, das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto em feriados, na sede do Conselho, situado na Quadra 602 Sul, Av. LO 15, Conjunto 02, Lote 02, Plano Diretor Sul, Palmas/Tocantins, CEP: 77.022-008.

4.2. A entrega deve ser acompanhada obrigatoriamente por servidor (es) indicado(s) e designado(s) pelo Presidente.

5. DO PRAZO DE ENTREGA

5.1. A entrega dos bens deverá ser realizada no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data de recebimento pela CONTRATADA da Nota de Empenho.

6. DA ENTREGA E RECEBIMENTO

6.1. Os veículos somente serão aceitos se forem novos e de primeiro uso, emplacados no DETRAN do Estado do Tocantins em nome do respectivo CNPJ constante na Nota Fiscal.

6.2. Os veículos serão recebidos por servidor(es) indicado(s) e designado(s) pelo Presidente, designado(s) para este fim, bem como, a responsabilidade pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, ficará a cargo de servidor(es) indicados pelo Presidente.

6.3. No ato do recebimento a Comissão de Recebimento de Bens emitirá TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO especificando o bem recebido, nos termos da Nota Fiscal. O veículo deverá ser objeto de inspeção, que será realizada por técnico do departamento responsável, e constará das seguintes fases:

- a) Comprovação de que o veículo atenda, pelo menos, às especificações mínimas exigidas no item 03 deste Termo de Referência;
- b) Colocação do veículo em funcionamento (test drive) se for o caso.

6.4. O período de inspeção será de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.



6.5. Nos casos de sinais externos de avaria no transporte ou de mau funcionamento do veículo, verificado na inspeção do mesmo, este deverá ser substituídos por outros com as mesmas características, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da data da comunicação oficial do ocorrido emitida pelo Fiscal do Contrato.

6.6. Findo o prazo de inspeção e comprovada a conformidade do veículo, com pelo menos, as especificações técnicas mínimas exigidas no Edital e Termo de Referência, a Comissão de Recebimento de Bens emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

6.7. No recebimento e aceitação do veículo será observado no que couber, as disposições contidas nos Artigos 73 a 76 da Lei nº 8666/93.

6.8. Os objetos especificados devem ter no município de Palmas, capital do Estado do Tocantins, autorizada pela fábrica para realização de manutenções preventivas e corretivas.

7. ESTIMATIVA DE CUSTO

7.1. O valor estimado para aquisição do bem objeto deste Termo de Referência é:

ITEM	OBJETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (ESTIMADO)	VALOR TOTAL (ESTIMADO)
01	VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO CAMINHONETE	01	262.960,00	262.960,00

O preço estimado foi apurado a partir de ampla pesquisa de preços realizada pelo setor competente, conforme Mapa de Pesquisa de Preços de Mercado, anexada aos autos do Processo Administrativo.

8. DA GARANTIA E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

8.1. Apresentar garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses, contados do recebimento do veículo licenciado e emplacado, contra defeitos de fabricação, defeitos de materiais ou de manufatura, vícios – aparentes ou ocultos.

8.2. Durante o período de garantia, a CONTRATADA, sempre que solicitada, independentemente de ser ou não a fabricante dos veículos, indicará rede autorizada nos



estados de entrega, conforme relação do item 3, para realização dos serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva.

8.3. Apresentar rol de empresas autorizadas que prestam assistência técnica no Estado do Tocantins, devendo obrigatoriamente estar no rol de empresas no mínimo na cidade de Palmas - TO.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. É de responsabilidade da CONTRATADA, providenciar todos os recursos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídos no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, o que for necessário, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita execução do contrato.

9.2. Atender prontamente todas as solicitações da Contratante previstas neste Termo.

9.3. Efetuar a entrega dos veículos de acordo com as especificações, prazo de entrega e demais condições estipuladas neste Termo de Referência e na Nota de Empenho.

9.4. Comunicar a Contratante, imediatamente após o recebimento da Nota de Empenho, motivos que possam impossibilitar o seu cumprimento.

9.5. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos veículos e inclusive com gastos quanto à retirada do(s) que apresentar defeitos e substituí-lo por um novo.

9.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação.

9.7. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em conformidade com Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, incluindo a atualização de documentos de controle da arrecadação de tributos e contribuições federais e outras legalmente exigíveis.

9.8. Conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo.

9.9. Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio do CRO/TO em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela Contratante.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



- 10.1. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Contratada, para a entrega dos veículos, proporcionando todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas.
- 10.2. Rejeitar os veículos fornecidos em desacordo com as obrigações assumidas, arcando a CONTRATADA com o ônus decorrente do fato.
- 10.3. Solicitar o reparo ou a substituição dos veículos que apresentarem defeito de fabricação durante o prazo de garantia.
- 10.4. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer irregularidade no fornecimento dos veículos.
- 10.5. Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do contrato.
- 10.6. Impedir que terceiros executem o objeto deste Termo de Referência.
- 10.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, por meio de servidor designado legalmente como Representante da Administração, que atestará as Notas Fiscais/Faturas, para fins de pagamento.
- 10.8. Efetuar o pagamento devido pela execução do objeto, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas no instrumento contratual.
- 10.9. Aplicar penalidades à Contratada, por descumprimento contratual.

11. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa resultante desta aquisição correrá à conta de dotação orçamentária consignada nº 6.2.2.1.1.02.01.03.001.

12. DA MODALIDADE LICITATÓRIA: PREGÃO na forma ELETRÔNICA

12.1. A presente aquisição, dadas as suas características, pode ser objetivamente especificada por meio de padrões usuais no mercado. Desta forma, os objetos podem ser classificados como bens comuns, podendo, portanto, ser adquiridos por meio de processo licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço.

12.2. Diante disso, o procedimento licitatório obedecerá integralmente às disposições da Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente a Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019 e suas alterações, assim como os princípios da Administração Pública aplicados às contratações e respeitará a Portaria MJSP nº 793/2019.

13. DO CONTRATO



13.1. O contrato terá sua vigência adstrita à dos respectivos créditos orçamentários, conforme Art. 57 da Lei nº 8.666/93, a partir da data de sua assinatura ou até a utilização do quantitativo, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

13.1.1. Após a expiração da vigência, ainda subsistirá a responsabilidade da CONTRATADA quanto à garantia dos materiais entregues, quando for o caso.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento se dará mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada, com descrição completa do objeto a ser adquirido e dados bancários da empresa.

14.2. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na Nota de Empenho e vinculado à conta corrente.

14.3. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Termo de Referência e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, o pagamento devido será efetuado diretamente na conta corrente da Contratada no prazo de até 30 (trinta) dias corridos.

14.4. Havendo rasura ou erro na Nota Fiscal/Fatura ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, a CONTRATADA será avisada, pela CONTRATANTE, para adotar as medidas saneadoras necessárias, ficando o pagamento pendente nesse ínterim. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se reiniciará após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

15. DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

15.1. Nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/93, será designado o fiscal do contrato bem como o seu respectivo suplente, referente à contratação, indicados pelo Conselho Regional de Odontologia e designado por ato do Presidente para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. Atestando a Nota Fiscal para fins de pagamento.

15.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666/93.



15.3. O Conselho Regional de Odontologia não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela empresa contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, propostos ou subordinados.

16. DA VINCULAÇÃO À PROPOSTA

16.1. O presente Termo de Referência vincula-se ao futuro contrato, e demais anexo, constante no processo para todos os fins jurídicos e gerenciais, inclusive para efeito de fiscalização do contrato, de forma que o objeto seja entregue, conforme discriminado neste Termo de Referência.

17. DOS DOCUMENTOS A SEREM ENCAMINHADOS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA

17.1. A proposta deverá ser acompanhada de prospectos comerciais, Folders, ou outro material ilustrativo, que permita aferir as especificações do Termo de Referência, além de apresentar rol de empresas autorizadas que prestam assistência técnica no Estado do Tocantins, devendo obrigatoriamente estar no rol de empresas no mínimo na cidade de Palmas.

17.2. Apresentar atestado de capacidade técnica.

Palmas, 09 de maio de 2022.

Sabrina Ribeiro de Santana
Superintendente CRO/TO

Wesley Rodrigues da Silva
Presidente CRO/TO



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Proposta Comercial

Em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2022, Processo de Compras nº 001/2022 do CRO-TO, apresento nossa proposta para o fornecimento do objeto da presente licitação, 01 (um) Veículo Automotor tipo Caminhonete, para serem utilizados nas ações fiscalizatórias e desenvolvimento de demandas administrativas do CRO-TO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Item	Qtd	Descrição	Marca e Modelo	Valor Unitário	Valor Total

Preço Global da Proposta R\$ (por extenso)

VALIDADE DA PROPOSTA 60 (SESSENTA DIAS)

Obs.:

- 1 - Formulação dos preços com base no Edital e seus Anexos;
- 2 - Nos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos relacionados aos itens que compõe o objeto da licitação;
- 3 - Condições de pagamento e faturamento, conforme Edital e seus Anexos;
- 4 - Obrigatório mencionar prazo de validade da proposta comercial (60 dias).
- 5 - Obrigatório datar a proposta comercial.
- 6 - Todos os itens deverão ser cotados.

Dados da empresa a constar na proposta comercial:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço (com CEP):

E-mail:

Telefone Fixo:

Dados do Representante Legal que assinará o contrato:

Nome:

CPF:

Identidade:

Cargo/Função:

Forma de Pagamento: Boleto Bancário

Declaramos que em nossos preços, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o perfeito fornecimento do objeto, inclusive, das despesas com autenticação de



documentos e reconhecimento de firma em cartório, materiais e/ou equipamentos, taxa de administração, frete, seguro, mão de obra especializada ou não, equipamentos auxiliares, ferramentas, tributos e/ou impostos, encargos da Legislação Social Trabalhista Previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao CRO-TO.

Declaramos, expressamente, para os devidos fins e efeitos de direito, sob as penalidades cabíveis, que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo ou modificativo de suas condições, que a torne ou tornaria inabilitada para participar do supramencionado certame, bem como que se compromete a declará-los na hipótese de sua ocorrência, nos termos do artigo 32, § 2º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Declaramos, expressamente, que nos sujeitaremos às normas do presente edital, bem como a Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Declaramos, ainda, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no edital.

Local, data.

Assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ da empresa.

Obs: Quando não for sócio/diretor figurante dos estatutos sociais, apresentar respectiva procuração



ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N.º xxx/2022 - QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO TOCANTINS, E _____ PARA O FORNECIMENTO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR.

CONTRATANTE: O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO TOCANTINS, CNPJ Nº n.º 25.062.472/0001-08, com sede na Quadra 602 Sul, Avenida LO 15, Conjunto 02, Lote 02, CEP: 77.022-008, Palmas - TO, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Wesley Rodrigues da Silva.

CONTRATADA: estabelecida, inscrita no CNPJ n.º _____ representada neste ato pelo _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por _____.

As CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no PROCESSO Nº00001/2022 (Pregão Eletrônico 001/2022), mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1 - Aquisição de 01 (um) Veículo Automotor tipo Caminhonete, para ser utilizada nas ações fiscalizatórias e desenvolvimento de atividades administrativas deste Conselho em todo o Estado do Tocantins, com a finalidade de atender às demandas administrativas e atividades fiscalizatórias exercidas por este Conselho em todo o Estado do Tocantins, visto que atualmente o CRO-TO possui apenas um veículo, que não consegue atender as demandas do Regional e Delegacias, faz-se necessário a aquisição destes veículos automotores como meio de transporte para a execução dos trabalhos referenciados.



O veículo automotor deverá conter as especificações descritas abaixo:

Item 001: Veículo Automotor, 0 (zero) KM, tipo Caminhonete, 4X2 , cabine dupla, diesel, câmbio automático, cor branca, pintura sólida, 04 (quatro) portas (mais a carroceria traseira), incluindo o primeiro emplacamento.

Item 002: Quantidade: 01 (um) Veículo Automotor tipo Caminhonete.

1.2 Especificações Gerais:

- a. - Veículo 0 Km, com ano/modelo correspondente à data de emissão da Nota Fiscal;
- b. Caixa de câmbio automático de 06 (seis) velocidades, tração traseira;
- c. Potência Mínima 170 CV;
- d. Motor 2.2 duratorq (Diesel);
- e. Capacidade de carga 1.168 kg;
- f. Controle eletrônico de estabilidade e tração;
- g. Ar Condicionado de fábrica manual ou digital, quente e frio, com sistema de recirculação de ar acionado eletronicamente;
- h. Direção elétrica original de fábrica;
- i. Vidros elétricos nas portas dianteiras e traseiras, com vidro do motorista com sistema de abertura/fechamento com um toque para cima/baixo, travamento dos vidros traseiros pelo motorista;
- j. Travas elétricas nas portas, travamento automático das portas;
- k. Com película solar protetora instalada em todos os vidros;
- l. Freios dianteiros a disco;
- m. Capacidade do tanque de combustível 80 litros;
- n. 3 Airbags frontais e joelho para motorista;
- o. 4 Portas laterais e 1 porta traseira para acesso ao compartimento de bagagem;
- p. Pneus 255/70 novos compatíveis com o desempenho do veículo;
- q. Rodas de aro "16" de aço ou superior iguais, inclusive o estepe;
- r. Capacidade de passageiros de 05 pessoas incluindo o motorista;
- s. Cintos de segurança dianteiros com ajuste de altura, e traseiros de 03 pontas, sendo o central 03 pontos;
- t. Desembaçador do vidro traseiro;



- u. Espelhos retrovisores na lateral direita e esquerda;
- v. Com jogo de tapetes de borracha para assoalhos dianteiros e traseiros e grade protetora do motor e cárter;
- w. Rádio AM/FM, com auxiliar USB, conexão Bluetooth, 4 auto-falantes;
- x. Controles de áudio no volante, computador de bordo, tela de LCD;

Parágrafo único: O veículo especificado acima, deve ter no Município de Palmas, capital do Estado do Tocantins, Autorizada pela fábrica para realizações de manutenções preventivas e corretivas.

1.3 Entende-se por veículo novo, aquele cujo primeiro registro e emplacamento ainda não tenha sido efetuado junto ao órgão executivo de trânsito competente. Todos os componentes do veículo devem ser originais da sua respectiva fabricante/montadora.

1.4 O primeiro emplacamento do veículo objeto deste Termo de Referência deverá ocorrer no Detran/TO na cidade de Palmas-TO, em nome do Conselho Regional de Odontologia do Tocantins - CRO/TO, sendo a Contratada responsável por todos os custos decorrentes do referido emplacamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor total deste contrato é de R\$ _____ (extenso).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

3 – A despesa resultante desta aquisição correrá à conta de dotação orçamentária consignada nº 6.2.2.1.1.02.01.03.001.

3.1 A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta da Natureza de despesa, da Atividade, conforme Nota de Empenho n.ºxxxxxx

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E ENTREGA



4.1 - Em nenhuma hipótese será permitida a transferência do fornecimento do objeto a terceiros, mesmo que parcialmente, sem o expreso consentimento do CONTRATANTE.

4.2 - A área competente para receber, autorizar, conferir e fiscalizar o objeto deste contrato será a Superintendente SABRINA RIBEIRO DE SANTANA juntamente com o Setor de Compras do CRO-TO, observados os artigos 73 a 76 da Lei Federal n.º 8.666/99e suas alterações.

4.3 - A entrega dos bens deverá ser realizada no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data de recebimento pela CONTRATADA da Nota de Empenho, após a emissão da ordem de fornecimento pelo CRO- TO.

4.4 - Os veículos somente serão aceitos se forem novos e de primeiro uso, emplacados no DETRAN do Estado do Tocantins em nome do respectivo CNPJ constante na Nota Fiscal.

4.5 - No ato do recebimento a Comissão de Recebimento de Bens emitirá TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO especificando o bem recebido, nos termos da Nota Fiscal. Os veículos deverão ser objeto de inspeção, que será realizada por técnico do departamento responsável, e constará das seguintes fases:

- a) Comprovação de que os veículos atendam, pelo menos, às especificações mínimas exigidas no item 03 deste Termo de Referência;
- b) Colocação dos veículos em funcionamento (test drive) se for o caso.

4.6 - O período de inspeção será de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

4.7 Nos casos de sinais externos de avaria no transporte ou de mau funcionamento dos veículos, verificado na inspeção dos mesmos, estes deverão ser substituídos por outros com as mesmas características, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da data da comunicação oficial do ocorrido emitida pelo Fiscal do Contrato.

4.8 - Findo o prazo de inspeção e comprovada a conformidade dos veículos, com pelo menos, as especificações técnicas mínimas exigidas no Edital e Termo de Referência, a Comissão de Recebimento de Bens emitirá o TERMO DE



RECEBIMENTO DEFINITIVO.

4.9 - No recebimento e aceitação dos veículos será observado no que couber, as disposições contidas nos Artigos 73 a 76 da Lei nº 8666/93.

4.10 Os veículos serão entregues na sede deste Órgão situada na Quadra 602 Sul, Avenida LO 15, Conjunto 02, Lote 02, CEP: 77.022-008, Palmas - TO.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5 - O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - Além das constantes nos artigos 69, 70 e 71 da Lei nº 8.666/93, as seguintes:

6.1 É de responsabilidade da CONTRATADA, providenciar todos os recursos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídos no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, o que for necessário, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita execução do contrato.

6.2 Atender prontamente todas as solicitações da Contratante previstas neste Termo.

6.3 Efetuar a entrega dos veículos de acordo com as especificações, prazo de entrega e demais condições estipuladas neste Termo de Referência e na Nota de Empenho.

6.4 Comunicar a Contratante, imediatamente após o recebimento da Nota de Empenho, motivos que possam impossibilitar o seu cumprimento.

6.5 Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos veículos e inclusive com gastos quanto à retirada do(s) que apresentar defeitos e substituí-lo por um novo.

6.6 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação.

6.7 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e



qualificação exigidas na licitação, em conformidade com Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, incluindo a atualização de documentos de controle da arrecadação de tributos e contribuições federais e outras legalmente exigíveis.

6.8 Conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo.

6.9 Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio do CRO/TO em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela Contratante.

6.10 Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da sua notificação.

6.11 Cumprir fielmente o que estabelece o Edital e seus Anexos.

6.12 Assumir inteira responsabilidade pela entrega e garantia dos produtos e todos os custos com fretes, tributos, seguro se quaisquer outros encargos;

6.13 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, não transfere à Administração a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratual;

6.14 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.15 Observância à Lei Anticorrupção, Lei 12.846/2013 e à Lei de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº13.709/2018.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.16 Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Contratada, para a entrega dos veículos, proporcionando todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas.



6.17 Rejeitar os veículos fornecidos em desacordo com as obrigações assumidas, arcando a CONTRATADA com o ônus decorrente do fato.

6.18 Solicitar o reparo ou a substituição dos veículos que apresentarem defeito de fabricação durante o prazo de garantia.

6.19 Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer irregularidade no fornecimento dos veículos.

6.20 Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do contrato.

6.21 Impedir que terceiros executem o objeto deste Termo de Referência.

6.22 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, por meio de servidor designado legalmente como Representante da Administração, que atestará as Notas Fiscais/Faturas, para fins de pagamento.

6.23 Efetuar o pagamento devido pela execução do objeto, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas no instrumento contratual.

6.24 Aplicar penalidades à Contratada, por descumprimento contratual.

6.25 Designar servidor de seu quadro para conferência e fiscalização dos veículos a serem entregues, de acordo com as especificações do Edital.

6.26 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, na forma estabelecida no presente contrato, desde que cumpridas regular e integralmente as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

6.27 Fornecer à CONTRATADA todos os dados necessários para o fornecimento do objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

7.1 Apresentar garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses, contados do recebimento do veículo licenciado e emplacado, contra defeitos de fabricação, defeitos de materiais ou de manufatura, vícios – aparentes ou ocultos.



7.2 Durante o período de garantia, a CONTRATADA, sempre que solicitada, independentemente de ser ou não a fabricante dos veículos, indicará rede autorizada nos estados de entrega, conforme relação do item 3, para realização dos serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva.

7.3 Apresentar rol de empresas autorizadas que prestam assistência técnica no Estado do Tocantins, devendo obrigatoriamente estar no rol de empresas no mínimo na cidade de Palmas - TO.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO

8.1 O recebimento provisório se dará no ato da entrega do objeto, pela Superintendente SABRINA RIBEIRO DE SANTANA, que procederá a conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta e da nota de empenho.

8.2 Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

8.3 Caso seja verificada alguma inconsistência nos veículos, a CONTRATADA terá um prazo de 3 (três) dias úteis, a partir da expedição da notificação, para a realização das correções necessárias.

8.4 O recebimento definitivo se dará em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9. Nos termos do Art.67 da Lei 8.666/93 a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

9.1 Durante a vigência deste contrato, a CONTRATADA deve manter preposto, aceito pela Administração da CONTRATANTE, para representá-la sempre que for necessário.

9.2 A atestação de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.



9.3 Fica reservado à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no edital e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para o CRO- TO ou modificação na contratação.

9.4 A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto deste contrato.

9.5 A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o CRO/TO ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em co-responsabilidade do CRO- TO ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

11.1 No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

11.2 No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

12. O presente contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e vincula - se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico n.º001/2022, constante do processo 00001/2022, bem como à proposta da CONTRATADA, além do Decreto nº 10.024/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

13. O fornecimento deverá ser realizado após abertura de ordem de fornecimento emitida pela CONTRATANTE, onde devem constar, obrigatoriamente, as cláusulas contratuais correspondentes.

13.1 O fornecimento realizado sem previsão contratual ou sem autorização da CONTRATANTE, não serão faturados e pagos.

13.2 A CONTRATANTE realizará o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, contado da conclusão do atendimento das Ordens de Serviço, e da apresentação do documento fiscal correspondente.

13.3 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

13.5 Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.

13.6 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

13.7 O descumprimento, pela CONTRATADA, do estabelecido no item 5, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.

13.8 A CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela



CONTRATADA, nos termos deste contrato.

13.9 No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

13.10 O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES

14. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com o CRO- TO e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30 % (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

1. Apresentar documentação falsa;
2. Retardar a execução do objeto;
3. Falhar na execução do contrato;
4. Fraudar a execução do contrato;
5. Comportar-se de modo inidôneo;
6. Fizer declaração falsa;
7. Cometer fraude fiscal.

14.1 Para os fins do item 1.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

14.2 Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art.7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução



do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens “4”, “5”, “6” e nas tabelas 2 a 3 abaixo, com as seguintes penalidades:

1. Advertência;
2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CRO- TO, por prazo não superior a dois anos;
3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou
4. Impedimento de licitar e contratar com o CRO-TO e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art.4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

14.3 No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

14.4 No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

14.5 Para os fins do item 1.2, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor da Ordem de Serviço, por dia útil de atraso injustificado na conclusão do serviço, até o máximo de 30% (trinta por cento), o que poderá configurar, segundo o juízo da Administração, a inexecução parcial ou total do contrato.

14.6 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

14.7 Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15(quinze) dias, contados da comunicação



oficial.

14.8 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

14.9 O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art.78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Palmas- TO, Seção Judiciária do Tocantins, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Palmas, ____ de _____ de 2022.

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas: